



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.8	PUBLICADO NO B. O. U.
0	BR. 25 / 07 / 1997
0	<i>fcl</i>
	Rubrica

253

Processo : **10235.000464/96-13**

Sessão : **17 de abril de 1997**

Acórdão : **202-09.152**

Recurso : **100.059**

Recorrente : **MARLENE RABELO MOURÃO DA SILVA**

Recorrida : **DRJ em Belém - PA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PRAZOS - PEREMPÇÃO -**  
Recurso apresentado após o decurso do prazo consignado no *caput* do artigo 33 do Decreto nº 70.235/72. **Por perempto, dele não se toma conhecimento.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **MARLENE RABELO MOURÃO DA SILVA**.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por perempto.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antonio Sinhiti Myassava.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1997

**Marcos Vinícius Neder de Lima**  
**Presidente**

**Tarássio Campelo Borges**  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Helvio Escovedo Barcellos, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, João Berjas (Suplente) e José Cabral Garofano.

fclb/ac



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

254

Processo : 10235.000464/96-13

Acórdão : 202-09.152

Recurso : 100.059

Recorrente : MARLENE RABELO MOURÃO DA SILVA

## RELATÓRIO

O presente processo trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, Contribuição Sindical Rural - CNA - CONTAG e Contribuição SENAR, exercício de 1994, referente ao imóvel cadastrado sob o nº 4413501.7 no Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais (CAFIR) da Secretaria da Receita Federal, com 2.394,2 ha de área, situado no Município de Cutias - AP.

Em impugnação tempestiva, aduz que a Notificação de Lançamento de fls. 02 tem como base de cálculo um VTN igual a 60.484,79 UFIR, quando o valor declarado foi de 53,00 UFIR.

Instrui sua petição inicial com o documento de fls. 04/05, elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - Sede local de Cutias, intitulado "*Laudo de Assistência Técnica*".

A autoridade *a quo* concluiu pela procedência do lançamento, em Decisão assim ementada:

*"IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL  
BASE DE CÁLCULO - A autoridade administrativa competente  
poderá rever, com base em laudo técnico emitido por entidades  
de reconhecida capacitação técnica ou profissional devidamente  
habilitado, o Valor da Terra Nua mínimo - VTNm que vier a ser  
questionado pelo contribuinte."*

### *IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE"*

Ciente da decisão recorrida, a notificada interpôs o recurso voluntário de fls. 12, em 18.09.96, com as razões que leio em Sessão para conhecimento dos demais Membros desta Câmara.

Cumprindo o disposto no art. 1º da Portaria MF nº 260, de 24.10.95, com a nova redação dada pela Portaria MF nº 180, de 03.06.96, a PFN apresentou contra-razões, em que opina pela improcedência do recurso e pela manutenção da decisão recorrida.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

255

Processo : 10235.000464/96-13  
Acórdão : 202-09.152

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR TARÁSIO CAMPELO BORGES

Preliminarmente, entendo que o recurso foi apresentado a destempo.

Intimada da decisão recorrida em 16.08.96 (fls. 10-verso), a interessada somente interpôs recurso voluntário em 18.09.96, conforme protocolo de fls. 12, dois dias após o decurso do prazo consignado no *caput* do artigo 33 combinado com o artigo 5º, ambos do Decreto nº 70.235/72.

São essas as razões pelas quais não tomo conhecimento do recurso, por perempto.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1997

A handwritten signature in black ink, appearing to read "TARASIO CAMPELO BORGES".

TARASIO CAMPELO BORGES